

A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar

GUILHERME LUIS SEDLACEK*
ELEONORA CRUZ SANTOS**

Este trabalho analisa o comportamento das mulheres cônjuges como participantes no mercado de trabalho brasileiro, bem como sua importância na capacidade da família se adaptar a mudanças nas condições sócio-econômicas ocorridas ao longo do período de 1983 a 1988. Especificamente, se investiga a inter-relação entre a renda do trabalho do marido e a taxa de participação das esposas no mercado de trabalho. A principal inferência obtida é a estimativa de efeitos-renda negativos e significativos do trabalho do marido, o que suporta a idéia de dependência entre a participação da esposa e a renda do marido.

1 - Introdução

Neste trabalho tentamos fazer inferências de como o nível e a intensidade de participação das mulheres cônjuges são afetados por mudanças na renda do marido, objetivo esse que envolve intrinsecamente uma análise da dinâmica do comportamento da família.

Idealmente buscar-se-iam dados que caracterizassem informações longitudinais, as quais não se encontram disponíveis. Assim, utilizamos como alternativa metodológica a análise do banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 1983 a 1988, concentrando nossa análise nos dados disponíveis para 1984. A escolha da PNAD de 1984 como objeto de estudo deve-se à disponibilidade, nesse ano, de um extenso questionário suplementar detalhando e mensurando dados referentes à fecundidade das mulheres entre 15 e 54 anos de idade.

A concentração no subgrupo de mulheres cônjuges deve-se ao fato de que, ao longo do período 1983/88, este subgrupo representou algo em torno de 55% da força de trabalho feminina.

* Do IPEA-Rio.

** Pesquisadora visitante do IPEA-Rio.

Uma análise *cross-section* para o ano de 1984 nos permite extrair resultados relativamente importantes da dinâmica da participação da esposa no mercado de trabalho metropolitano. O conhecimento dessa dinâmica pode contribuir de forma significativa para a formulação de políticas compensatórias, ou simplesmente para entender o significado das estatísticas de emprego. Adicionalmente, o conhecimento dessa dinâmica levanta questões relevantes para projeções de oferta de mão-de-obra a curto e médio prazos.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente, fazemos uma análise sumária da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e sua evolução no passado recente (de 1983 a 1988). Tentamos destacar a importância relativa das mulheres cônjuges neste mercado e contrastar as características do mercado de trabalho feminino nas áreas metropolitanas com as características desse mesmo mercado para todo o Brasil. Em seguida, utilizando dados coletados para as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, analisamos detalhadamente a inter-relação entre a participação da mulher cônjuge no mercado de trabalho e a renda do trabalho do marido. Por fim, na última seção, apresentamos nossas conclusões.

2 - A evolução da participação feminina no período 1983/88

2.1 - Uma caracterização geral do mercado de trabalho brasileiro

A análise da participação feminina dentro de um contexto de decisões da família tem sido o objetivo de vários estudos.¹ Dentre eles, Durand (1975), num estudo onde tenta traçar um padrão de taxas de atividades femininas e masculinas abrangendo 150 países, sugere que o padrão de participação feminino apresenta-se extremamente vulnerável a mudanças na estrutura de demanda por mão-de-obra; a variações no nível de renda e salários; a taxas de desempregos e a outros fatores extra-econômicos. Segundo esse autor, o ciclo de vida da participação da mulher na força de trabalho não é bem definido, além de ser usualmente associado ao ciclo de vida do casamento e da família.²

1 Uma vasta literatura tem tratado desta questão, onde podemos citar Barros e Mendonça (1989), Oliveira e Santos (1990), Costa (1990), Jatobá (1989), Zylberstajn, Pagotto e Pastore (1985), Silva (1982), Paiva (1980), Bilac (1978), Durand (1975), Kreps e Clark (1975) e Kreps (1971).

2 Observa-se, desde 1940, uma mudança no comportamento das mulheres casadas no grupo etário de 30 anos e mais que, em vez de permanecerem em casa após o casamento e a vinda dos filhos, elas têm entrado no mercado de trabalho após o ingresso de seus filhos na escola [Oppenheimer (1976)].

Kreps e Clark (1975) corroboram a tentativa de definir o padrão de participação das mulheres no mercado de trabalho e argumentam que a participação das mulheres casadas na força de trabalho é uma função: *a*) da idade e da escolaridade da esposa; *b*) do número e da idade dos filhos; *c*) da posição ocupacional do marido; e *d*) de outras fontes de renda familiar. Estes autores também argumentam que os fatores que afetam as taxas de atividade femininas são: mulheres com níveis mais altos de instrução; o declínio da fecundidade; o crescimento relativo dos salários femininos; e, uma maior aceitação social de mulheres solteiras e/ou casadas que trabalham.³ Kreps (1971) acrescenta que a probabilidade de uma mulher trabalhar é influenciada, principalmente, por seu estado civil.

Diante deste contexto podemos argumentar, por hipótese, que variações na taxa de participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho constituem-se num elemento fundamental para a determinação da capacidade da família de se adaptar a crises no mercado de trabalho brasileiro. Este argumento encontra forte fundamentação em estudos desenvolvidos por Jatobá (1989). Segundo esse autor, os trabalhadores secundários, e entre eles as mulheres, apresentam uma maior sensibilidade da sua participação na força de trabalho em relação às diversas fases do ciclo econômico. Note-se, entretanto, que a participação das mulheres de renda mais baixa é menos vulnerável ao ciclo, pela maior necessidade de se complementar a renda familiar.

Reconhecemos a existência de diferenças estruturais entre famílias chefiadas por mulheres e aquelas chefiadas por homens e argumentamos que estas famílias diferem fundamentalmente no seu processo de alocação e/ou decisão interna. Concluímos, então, pela necessidade de uma análise que busque identificar os elementos básicos da contribuição da mulher ao processo de determinação da renda familiar, que deverá ter uma especificidade na dimensão de tipos de família.⁴

A importância relativa do subgrupo escolhido para análise pode ser comprovada na Tabela 1. Quando decompos a população de mulheres entre 15 e 54 anos de idade, de acordo com sua posição relativa no domicílio, observamos que 56,9% delas eram cônjuges em 1983, decrescendo para 55,6% em 1988. Conseqüentemente, de todas as mulheres com idade entre 15 e 54 anos, aproximadamente 55% se encontram na condição de cônjuges, no período analisado.

Notamos também o crescimento de importância (relativa e absoluta) das famílias chefiadas por mulheres entre 1983 e 1988. A proporção de mulheres chefes de família, em termos relativos, cresceu de 7,7% em 1983 para 9,2% em 1988. Em termos absolutos, isto é, levando-se em conta o crescimento populacional, isto significa que, como um grupo, as mulheres chefes de família cresceram 6,7% ao ano

3 Para Jatobá (1989), mulheres com níveis mais elevados de instrução e conseqüentemente com melhores oportunidades no mercado de trabalho têm um custo de oportunidade das tarefas domésticas mais alto.

4 Quando analisamos especificamente a participação da mulher cônjuge no mercado de trabalho centramos nossa análise nas famílias nucleares (aquelas constituídas pelo marido, a mulher e "potencialmente" pelos filhos).

TABELA 1

Distribuição das mulheres entre 15 e 54 anos de idade por condição no domicílio — 1983/88

Anos	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agregado Pensionista	Total (Milhares)
1980	7,69	56,93	28,74	5,78	0,86	31.623
1984	7,92	56,71	28,95	5,62	0,80	32.441
1985	8,02	56,58	28,82	5,85	0,73	33.945
1986	8,30	56,47	28,52	5,88	0,83	34.731
1987	8,42	56,20	28,30	6,17	0,91	35.723
1988	9,16	55,61	28,20	6,11	0,92	36.742
Mudança (%)						
1983/88	38,40	13,50	14,01	22,82	24,30	16,19
Taxa	6,72	2,56	2,66	4,20	4,45	3,05

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

neste período. Computando-se as mesmas estatísticas para as mulheres cônjuges encontramos um crescimento em termos absolutos de 2,6% ao ano e um decréscimo em termos relativos de 1,3%. Note-se que a subpopulação de mulheres entre 15 e 54 anos cresceu 3,05% ao ano, segundo projeções com dados das PNAD. A evidência observada, que sugere um crescimento rápido das famílias chefiadas por mulheres, é um indicador importante de bem-estar da população, pois são exatamente estas famílias as que mais provavelmente podem ser associadas aos problemas clássicos de pobreza e deficiências estruturais no processo de geração de renda familiar [Barros e Mendonça (1989)].

Decompondo-se o crescimento populacional segundo a condição no domicílio (ou seja, entre o grupo de mulheres chefes, cônjuges, filhas e outras), constatamos um crescimento tanto no grupo das mulheres cônjuges quanto no das chefes. Em termos relativos este crescimento só se verificou no último grupo, o que poderia sugerir uma mudança na estrutura domiciliar, no período 1983/88, ocorrendo entre o grupo de mulheres cônjuges e o de mulheres chefes.

Se a Tabela 1 mostra que as mulheres cônjuges constituem a maioria das mulheres do grupo etário de interesse, as Tabelas 2 e 3 mostram que elas também são numérica e absolutamente importantes dentre o subgrupo de mulheres que participam do mercado de trabalho brasileiro. A taxa de participação das mulheres cônjuges evolui de 34,5 para 39,7% em 1988. O aumento na proporção de cônjuges trabalhando ou procurando trabalho no período (um crescimento de 5,3%) representa uma das mais importantes mudanças estruturais observadas no mercado de trabalho no passado recente, significando uma entrada no mercado de trabalho de

TABELA 2

Proporção das mulheres entre 15 e 54 anos de idade por condição de atividade — 1983/88

	Trabalha			Procura Trabalho			Fora da PEA		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
1983	67,30	33,54	49,37	2,63	0,92	4,86	30,07	65,54	45,77
1984	68,19	33,92	49,91	2,33	0,83	4,80	29,48	65,25	45,29
1985	68,06	35,55	52,29	1,83	0,70	4,05	30,11	63,75	43,66
1986	69,11	36,14	53,15	1,23	0,50	2,92	29,66	63,36	43,93
1987	70,21	38,41	53,47	1,75	0,90	4,18	28,04	60,69	42,35
1988	70,16	38,81	53,04	2,34	0,84	4,60	27,50	60,35	42,36
Mudança (%)									
1983/88	2,86	5,27	3,67	-0,29	-0,08	-0,26	-2,57	-5,19	-3,41

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

aproximadamente 1,9 milhão de trabalhadoras cônjuges (passando de 6 milhões em 1983 para 7,9 milhões em 1988).⁵

Embora tenhamos observado aumentos expressivos na taxa de participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, mesmo quando comparados àqueles observados para o grupo de mulheres chefes de família, estas taxas ainda estão muito abaixo daquelas observadas em países desenvolvidos, como também se verificou no relatório da Seade (1989). Segundo esse relatório, as taxas de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro apresentam um padrão semelhante àquele verificado pelos países latino-americanos, caracterizando-se por apresentar distribuições unimodais, assimétricas à direita, com pico da curva no grupo etário de 20-24 ou 25-29 anos. Na verdade, o relatório da Seade (1989) associa a existência de um padrão brasileiro ao latino-americano, como também constata que os níveis de participação feminina destes países, assim como o do Brasil, se situam bem abaixo daqueles verificados para países tipicamente desenvolvidos, em particular os Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra e Alemanha.⁶ Também

5 Este crescimento significativo da PEA de mulheres cônjuges parece indicar uma mudança permanente e não transitória da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

6 No relatório da Seade (1989) procura-se, entre outras coisas, definir hipóteses sobre possíveis cenários de evolução das taxas de participação por idade e sexo, dos países latino-americanos e dos países mais desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental e Meridional, e do Leste Europeu), através da construção de grupos de países mais homogêneos. O critério básico para a agregação dos países consiste na similaridade do perfil etário de participação das mulheres, nos diversos mercados de trabalho selecionados.

TABELA 3

Distribuição das mulheres ocupadas entre 15 e 54 anos de idade — 1983/88

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agregado Pensionista	Ocupadas/ Total ^a
1983	12,48	46,05	32,22	6,13	1,12	41,47
1984	12,88	45,91	34,49	5,69	1,03	41,90
1985	12,51	46,10	34,54	5,90	0,95	43,63
1986	12,93	45,98	34,16	5,88	1,05	44,39
1987	12,87	46,97	32,92	6,16	1,08	45,96
1988	13,89	46,65	32,33	6,03	1,10	46,26
Mudança (%)						
1983/88	1,41	0,60	-1,89	-0,10	-0,02	4,79

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

^aRelação entre o total de mulheres ocupadas entre 15 e 54 anos e o total da população feminina situada neste grupo etário.

de acordo com o relatório da Seade (1989), o Brasil tem apresentado um padrão de participação feminino condizente com o processo pelo qual passaram os países desenvolvidos, levando a crer que, no futuro, teremos um padrão semelhante a estes países.

Para o Brasil como um todo, a participação das mulheres chefes de família evoluiu de 70% em 1983 para 72,5% em 1988, níveis que podem ser considerados baixos quando levamos em consideração a ausência de mecanismos de assistência social efetiva no Brasil.

Quando decompos as mulheres que trabalhavam ou tinham trabalho por condição no domicílio (ver a Tabela 3), verificamos que a estrutura do mercado de trabalho permaneceu relativamente estável neste período. A proporção de mulheres cônjuges cresceu de 46,1% em 1983 para 46,7% em 1988, enquanto que a proporção das mulheres chefes de família cresceu de 12,5% em 1983 para 13,9% em 1988. Estas mudanças não são provavelmente significativas dadas as características das amostras utilizadas.⁷ A estabilidade observada na composição relativa da força de trabalho é uma característica interessante e que decorre da conjugação de efeitos distintos, mas que no cômputo geral se compensam. Por um lado

7 Note-se que as estatísticas estimadas baseiam-se nas amostras estratificadas das PNAD, induzindo-se, conseqüentemente, a um erro de previsão superior ao computado usando-se simplesmente os pesos supridos pelo IBGE como ponderadores.

TABELA 4

*Idade, salário e horas trabalhadas das mulheres ocupadas
entre 15 e 54 anos de idade — 1983/88*

	Idade			Salário ^a			Horas Trabalhadas		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
1983	39,45	35,18	22,70	2,34	2,09	1,54	42,19	36,97	42,30
1984	38,97	35,25	22,82	2,39	2,21	1,50	42,62	37,19	42,05
1985	39,05	35,21	22,84	2,86	2,56	1,68	42,64	37,45	42,21
1986	39,10	35,44	22,99	3,93	3,59	2,40	42,15	37,30	42,06
1987	39,29	35,31	23,20	3,23	2,80	1,87	41,80	37,14	41,86
1988	39,25	35,69	23,28	3,25	2,77	1,88	41,46	36,83	41,54
Mudança (%)									
1983/88	-0,20	0,51	0,58	0,91	0,68	0,34			

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

^aEm salário mínimo, constituindo-se no rendimento mensal normalmente recebido em todos os trabalhos.

observamos um aumento relativo na importância das famílias chefiadas por mulheres; por outro lado, observamos também que a proporção das mulheres cônjuges que trabalham aumenta relativamente a todos os outros grupos. No agregado, a proporção das mulheres que trabalhavam ou tinham trabalho aumentou de 41,5% em 1983 para 46,3% em 1988, refletindo tanto o aumento de participação das mulheres cônjuges como o aumento da importância relativa das famílias chefiadas por mulheres, que cresceram tanto em termos absolutos quanto relativos.

Algumas características gerais das mulheres que participam no mercado de trabalho são apresentadas na Tabela 4. Observa-se que, dentre as trabalhadoras, as mulheres cônjuges são relativamente mais jovens (35 anos de idade em média) do que as chefes de família (39 anos em média), e trabalham jornadas mais curtas (37 horas) do que as chefes de família (42 horas). Embora cônjuges, assim como filhas, apresentem, ao longo do período 1983/88, um ligeiro crescimento na idade, no caso das mulheres chefes isto se dá de forma inversa. Mais uma vez, isto é consistente com a hipótese de que poderia estar ocorrendo uma transferência de cônjuges (e também de filhas) para o grupo de chefes.

Quando comparamos a renda do trabalho entre os dois grupos (cônjuges e chefes), observamos que a diferença de renda tem favorecido as chefes durante todo o período de análise, apresentando mesmo alguma evidência de crescimento. No entanto, quando levamos em consideração a diferença de jornadas de trabalho

computando a renda do trabalho associada a uma jornada típica de 40 horas (denotado salário normalizado para 40 horas) estes diferenciais de salário quase que totalmente desaparecem e concluímos pela inexistência destes diferenciais.⁸ A título de ilustração, podemos notar que, para o ano de 1984, o salário normalizado tanto para chefes quanto para cônjuges é de 0,06.

2.2 - Uma análise da representatividade das áreas metropolitanas

Na seção anterior procuramos estabelecer algumas das principais regularidades associadas à participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e à sua evolução no período 1983/88. Nesta seção buscamos avaliar a representatividade, para este mesmo mercado, de inferências e observações baseadas em dados coletados para as principais áreas metropolitanas. Pela maior disponibilidade de informações que dizem respeito à fecundidade da mulher, basearemos esta análise somente em informações derivadas da PNAD de 1984.

Gostaríamos de analisar o mercado de trabalho metropolitano, primeiro, por se constituir num segmento importante do mercado de trabalho feminino brasileiro (1/3 da população em análise reside nas áreas metropolitanas); e, segundo, pela capacidade de prover indicadores do comportamento do mercado de trabalho urbano e nacional num ambiente mais controlado. Com relação ao último ponto, embora os residentes nas áreas metropolitanas se diferenciem em características importantes da população nacional, em geral os diferentes indicadores têm apresentado magnitudes semelhantes.

Em 1984, segundo dados da PNAD, a população de mulheres entre 15 e 54 anos de idade foi estimada em 32,4 milhões (ver Tabela 5). Dentre estas, 11,2 milhões moravam nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (Belém e Brasília foram excluídas da nossa análise). Desta forma, tem-se que aproximadamente 1/3 da população objeto deste estudo reside em áreas metropolitanas.

Quando classificamos as mulheres por condição no domicílio e por área metropolitana de residência, observamos: *a*) por um lado, a proporção de mulheres chefes de família variando de um mínimo de 8,5%, em Fortaleza, a um máximo de 11,4%, em Salvador; e *b*) por outro lado, a proporção de cônjuges variando entre 48,8%, em Recife, e 61,6%, em Porto Alegre.

Observando-se que, para a região urbana, a proporção de mulheres chefes de família é de 9,1%, a de cônjuges 55,3%, enquanto que, para o Brasil como um todo,

8 Entende-se por salário normalizado para 40 horas a razão entre o salário auferido e o número de horas trabalhadas, na semana de referência.

TABELA 5

Distribuição das mulheres entre 15 e 54 anos de idade por áreas metropolitanas de residência — 1984

Estados	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agregado Pensionista	Total (milhares)
Rio de Janeiro	10,26	53,29	29,28	6,36	0,81	2.978
São Paulo	9,19	57,61	26,23	6,10	0,87	4.291
Recife	10,03	48,76	32,82	7,71	0,68	737
Fortaleza	8,46	49,34	32,98	7,86	1,36	515
Salvador	11,42	50,13	29,29	8,26	0,90	556
Belo Horizonte	9,52	52,38	32,33	5,11	0,66	848
Curitiba	9,62	59,59	24,91	4,69	1,19	501
Porto Alegre	10,46	61,07	21,89	5,26	1,32	774
Região Urbana	9,11	55,27	28,63	6,03	0,96	24.684
Brasil	7,92	56,71	28,95	5,62	0,80	32.441

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

esta proporção é de 7,9 e 56,7%, respectivamente, concluímos: primeiramente, que a ocorrência de domicílios com mulheres chefes é um fenômeno relativamente mais importante nas regiões urbanas e que assume importância ainda maior nas áreas metropolitanas; segundo, que as variações das proporções de cônjuges entre as regiões metropolitanas são fortemente associadas ao nível de desenvolvimento econômico específico da região em análise. Por um lado, nas regiões mais pobres (como Recife, Salvador e Fortaleza) observamos baixas proporções de cônjuges e altas proporções de filhas na população e, por outro lado, nas regiões mais ricas (São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) observamos maiores proporções de cônjuges e menores proporções de filhas.

Essa análise sugere que diferenças relativas no tamanho das famílias, na distribuição etária de seus membros, e no processo de constituição de novas famílias combinam-se para gerar uma estrutura domiciliar feminina diferenciada entre as áreas metropolitanas, além de distinta da observada para o Brasil como um todo.

Buscando caracterizar melhor as diferenças entre as áreas metropolitanas acima destacadas, computamos a proporção dos diferentes grupos classificados por condição no domicílio, região de residência e posição na PEA. Os resultados estão apresentados na Tabela 6. A proporção de mulheres chefes fora da PEA varia de um mínimo de 23% em São Paulo a um máximo de 37% em Recife. A proporção de cônjuges fora da PEA varia de um mínimo de 57% em Porto Alegre a um máximo

de 67% em Recife. Para o Brasil, 29% das mulheres chefes e 65% das mulheres cônjuges estão fora da PEA. Dessas proporções pode-se concluir que: primeiro, as taxas de participação são relativamente mais altas nas áreas metropolitanas do que em outras regiões do Brasil (Recife é uma clara exceção);⁹ segundo, que variações entre áreas metropolitanas não estão necessariamente associadas ao nível de desenvolvimento da região. Notamos, por exemplo, que se por um lado, em São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte 34% das mulheres cônjuges trabalhavam, por outro lado, em Fortaleza, Salvador e Porto Alegre esta proporção aumenta para 40%.

Tomando-se como ótica a participação na força de trabalho feminina local decomparamos a subpopulação das trabalhadoras segundo a condição no domicílio para diferentes regiões de residência (Tabela 7). Nesta tabela observamos que, entre as trabalhadoras ocupadas, a proporção de cônjuges varia de 40% em Belo Horizonte a 53% em Porto Alegre. Para as outras regiões metropolitanas esta proporção situa-se entre 43 e 46%, enquanto que para o Brasil este número é 46%.

As mulheres cônjuges encontram-se, conseqüentemente, relativamente pouco representadas no universo das mulheres ocupadas nas áreas metropolitanas quando esta participação é comparada com sua participação na PEA feminina do Brasil como um todo. Porém, se excluirmos da análise Porto Alegre, concluímos que existe uma relativa estabilidade das taxas de participação de cônjuges nas regiões.

Comparando-se a idade média dos diversos subgrupos da força de trabalho localizados em áreas metropolitanas (Tabela 8) notamos: *a*) uma relativa uniformidade entre as idades médias das mulheres chefes bem como entre cônjuges, não se podendo concluir o mesmo para as filhas; e *b*) alguma evidência tanto de que mulheres chefes residentes nas áreas metropolitanas são relativamente mais velhas, quanto de que cônjuges que residem nas áreas metropolitanas são relativamente mais jovens do que as respectivas populações de trabalhadoras definidas para o Brasil como um todo, não se podendo, novamente, extrair nenhum resultado mais claro para o subgrupo das filhas.

Ademais, notamos uma relativa variabilidade nas condições de trabalho feminino entre as áreas metropolitanas. Observamos que, tanto para mulheres chefes como para cônjuges nas áreas metropolitanas de Recife, Fortaleza, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a jornada de trabalho tende a ficar acima da média nacional. Enquanto isso, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte a jornada média de trabalho situa-se abaixo da média nacional. No que diz respeito ao salário, as mulheres chefes recebem, em média, salários superiores ao percebido pelas mulheres cônjuges, além de trabalharem um número de horas, em média, também superior ao das mulheres cônjuges. No final tem-se que

9 Note-se que, nesta parte da análise, excluiu-se o grupo de mulheres constituído pelas filhas.

TABELA 6

Proporção das mulheres entre 15 e 54 anos de idade por condição de atividade segundo áreas metropolitanas de residência — 1984

	Trabalha			Procura Trabalho			Fora da PEA		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
Rio de Janeiro	69,96	37,29	46,06	3,29	1,41	7,63	26,75	61,30	46,31
São Paulo	73,02	34,60	59,45	4,23	1,66	7,75	22,75	63,74	32,80
Recife	59,38	31,23	35,71	3,26	1,34	7,77	37,36	67,43	56,52
Fortaleza	71,58	40,52	40,50	2,45	0,88	6,17	25,97	58,60	53,33
Salvador	77,32	39,20	35,08	1,89	1,25	7,50	20,79	59,55	57,42
Belo Horizonte	67,15	33,34	51,05	2,77	0,91	8,51	30,08	65,75	40,44
Curitiba	69,06	33,76	59,99	1,85	0,93	6,15	29,09	65,31	38,86
Porto Alegre	73,29	41,64	50,52	2,32	1,54	7,04	24,39	56,82	42,44
Região Urbana	68,39	33,88	49,60	2,57	1,08	5,96	29,04	65,04	44,44
Brasil	68,19	33,92	49,91	2,33	0,83	4,80	29,48	65,25	45,29

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

TABELA 7

Distribuição das mulheres entre 15 e 54 anos de idade por áreas metropolitanas de residência — 1984

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agregado Pensionista	Total
Rio de Janeiro	16,38	45,33	30,76	6,31	1,22	43,84
São Paulo	14,51	43,09	33,70	7,27	1,43	46,26
Recife	16,83	43,03	33,12	6,41	0,61	35,39
Fortaleza	14,14	46,65	31,17	6,83	1,21	42,85
Salvador	20,65	45,99	24,05	8,31	1,00	42,74
Belo Horizonte	14,66	40,03	37,85	6,27	1,19	43,62
Curitiba	15,31	46,36	31,57	5,02	1,74	43,38
Porto Alegre	16,07	53,29	23,18	5,56	1,90	47,72
Região Urbana	14,74	44,28	33,57	6,15	1,26	42,30
Brasil	12,88	45,91	34,49	5,69	1,03	41,90

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

TABELA 8

Idade, salário e horas trabalhadas das mulheres ocupadas entre 15 e 54 anos de idade por áreas metropolitanas — 1984

	Idade			Salário ^a			Horas Trabalhadas		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
Rio de Janeiro	40,49	35,71	24,79	2,90	2,60	1,88	41,10	36,53	41,28
São Paulo	37,84	34,41	23,42	3,44	3,00	2,46	44,78	38,97	42,82
Recife	39,36	35,17	24,88	1,87	2,26	1,61	43,91	39,35	44,39
Fortaleza	38,42	35,97	25,40	2,16	2,23	1,48	43,02	36,90	40,17
Salvador	39,53	34,27	21,29	3,09	3,16	2,00	41,56	36,69	39,31
Belo Horizonte	40,24	34,55	21,79	2,55	2,69	1,59	41,29	34,64	42,35
Curitiba	39,97	33,95	21,16	3,27	2,65	1,83	43,02	38,97	44,04
Porto Alegre	39,75	34,68	21,70	3,67	2,96	2,12	42,23	39,42	42,49
Região Urbana	38,62	35,14	23,44	2,59	2,49	1,65	42,85	37,48	42,88
Brasil	38,97	35,25	22,82	2,39	2,21	1,50	42,62	37,19	42,05

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

^aEm salário mínimo, constituindo-se no rendimento mensal normalmente recebido em todos os trabalhos.

o salário normalizado tanto para chefes quanto para cônjuges não se diferencia, como no caso anterior (Seção 2).

3 - Inter-relação entre a participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho e a renda do trabalho do marido

Com o objetivo de organizar a evidência empírica de modo a identificar os principais determinantes do processo de formação de renda da família brasileira, focalizaremos nossa análise, nesta parte do estudo, no comportamento dos membros das famílias nucleares. Argumentaremos que, para estas famílias, um dos elementos fundamentais do processo de geração de renda familiar está associado à interdependência entre a renda do chefe e a participação da mulher cônjuge no mercado de trabalho. Procuraremos fundamentar empiricamente alguns dos elementos desta inter-relação analisando dados obtidos a partir da PNAD de 1984 para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Uma representação das regularidades básicas, ou seja, da inter-relação entre a participação da mulher cônjuge e a renda do trabalho do marido, pode ser consta-

tada analisando-se os Gráficos 1, 2 e 3. Estes gráficos mostram a proporção de cônjuges que trabalham e cujos maridos estão localizados em diferentes partes da distribuição de renda do trabalho.

Metodologicamente adotamos o seguinte procedimento para construir os gráficos. A partir dos dados coletados pela PNAD, selecionamos uma amostra de famílias nucleares cujos maridos eram membros da PEA e residiam nas áreas metropolitanas selecionadas para a análise.

Tomando-se como referência este grupo de maridos, construímos um indicador (denominado indicador de posto) de posição relativa de cada marido na distribuição de renda do trabalho do grupo como um todo. Esse indicador assume 12 valores distintos. Ao grupo 1 associamos os maridos desempregados, ao 2 os maridos cuja renda do trabalho cai na faixa dos 5% inferiores da distribuição de renda, ao 3 os maridos cuja renda do trabalho cai no decil imediatamente seguinte (isto é, entre o indivíduo 5% e o indivíduo 15%), e assim por diante até o grupo 11, constituído pelos maridos cuja renda se situa entre os indivíduos 85 e 95%, e, finalmente o grupo 12, constituído pelos maridos com renda do trabalho situando-se na faixa dos 5% superiores da distribuição.

Para cada um desses 12 grupos computamos a renda média do trabalho, em salários mínimos, auferida pelo marido, sendo que para o grupo (1) dos maridos desempregados fixamos a renda do trabalho em zero. A seguir, calculamos para cada um destes grupos a proporção de esposas que trabalhavam ou tinham trabalho. Os Gráficos 1, 2 e 3 mostram a inter-relação entre estas duas quantidades para as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, respectivamente. O eixo vertical mede a proporção de esposas que trabalhavam, enquanto que o eixo horizontal mede a renda do trabalho do marido em salários mínimos. Os 12 pontos representam os 12 pares de valores das estatísticas de renda média do marido e a proporção de esposas trabalhando, acima descritas.

Um dos aspectos mais interessantes destes gráficos se associa à relativa similaridade da inter-relação entre a participação da esposa no mercado de trabalho e a renda do trabalho do marido quando comparamos dados provenientes de diferentes áreas metropolitanas. Esta similaridade é surpreendente quando lembramos a diversidade de níveis de desenvolvimento econômico entre São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Analisando-se estas figuras, constatamos que altas taxas de participação estão associadas às esposas dos maridos desempregados. Em geral, a probabilidade de observarmos a esposa trabalhando decresce com aumentos da renda do marido atingindo um mínimo e voltando então a subir para os maridos localizados nos 25% superiores da distribuição de renda do trabalho. As esposas dos maridos nos 5% superiores da distribuição têm taxas de participação similares às das mulheres casadas com os maridos mais pobres. De maneira genérica, poderíamos dizer que, embora a taxa de participação das cônjuges se constitua num indicador econômico, isto não afeta o padrão de comportamento da taxa de atividade deste grupo; ou seja, o nível da taxa de atividade das cônjuges difere regionalmente, mas não o seu comportamento.

Gráfico 1

**Renda do Trabalho do Marido
Rio de Janeiro**

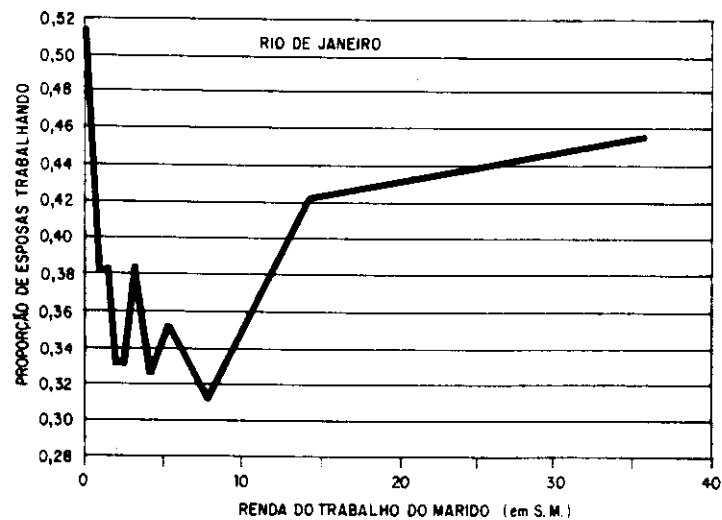


Gráfico 2

**Renda do Trabalho do Marido
Recife**

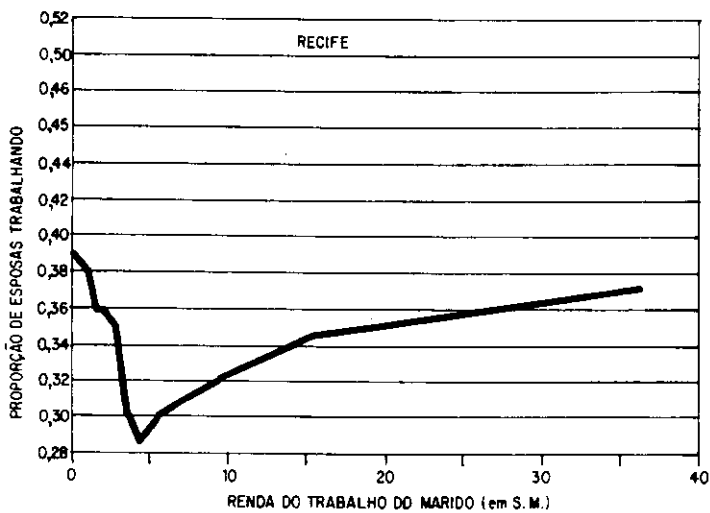
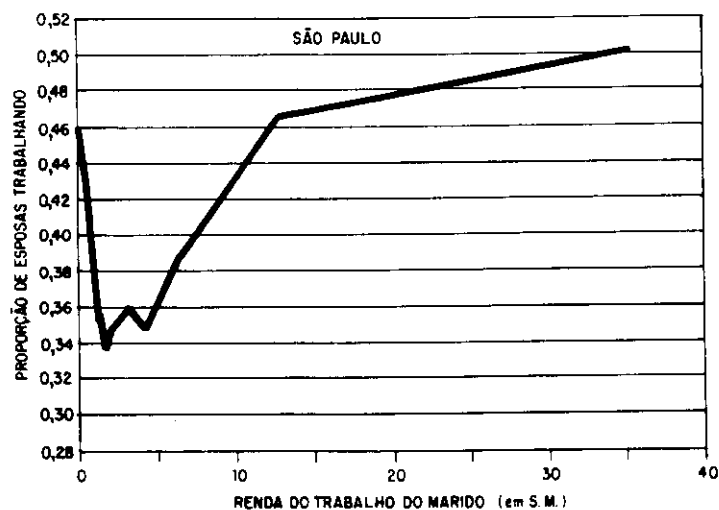


Gráfico 3

**Renda do Trabalho do Marido
São Paulo**



Analisando-se as diferenças de comportamento entre regiões, observamos que as esposas dos maridos localizados nos 15% superiores da distribuição de renda do trabalho têm a maior taxa de participação em Recife, um pouco menor no Rio de Janeiro e ainda menor em São Paulo.

A análise, feita com base nos gráficos discutidos acima, apresenta falhas fundamentais. A primeira decorre do fato de se ignorar que, quando comparamos a taxa de participação das esposas entre famílias cujos chefes diferem na renda do trabalho, estas famílias diferem em outras características igualmente importantes. Dentre estas, podemos citar idade e educação dos cônjuges, bem como número e distribuição etária dos filhos. Conseqüentemente, não podemos identificar se a diferença de comportamento observada é devido às diferenças de renda dos maridos ou ao impacto das diferenças destas características, que são observadas, embora omitidas da análise.

A segunda dificuldade de interpretação decorre da possível simultaneidade no processo de formação de renda da família. A intensidade de participação do marido pode depender fundamentalmente da intensidade de participação da esposa. Neste caso, estaríamos violando a hipótese de uma causalidade implícita quando analisamos o impacto de variações na renda do marido na participação da esposa.

Gostaríamos de esclarecer o segundo ponto, inicialmente. As conclusões e regularidades obtidas a partir deste trabalho podem ser interpretadas de duas maneiras alternativas: a primeira, como uma descrição simples do fenômeno e, a

segunda, como decorrente de uma relação causal. A interpretação causal depende da aplicabilidade da hipótese de que existe uma separação na decisão familiar do casal. Num primeiro momento o marido decide a intensidade de sua participação no mercado de trabalho. Num segundo momento, dada a decisão do marido, a mulher cônjuge decide se trabalha ou não. A hipótese é de que a decisão do marido não depende da decisão do cônjuge.

De certa maneira, tentamos sanar a omissão de características observadas das mulheres cônjuges modelando a probabilidade de a esposa trabalhar como função das características observadas e de *dummies* que indiquem a posição relativa do marido na distribuição de renda do trabalho. O modelo Probit foi escolhido como forma funcional na estimativa destes parâmetros e o resultado destas regressões é apresentado na Tabela 9.

As seguintes características do casal foram utilizadas nas regressões:

a) Fecundidade da esposa

- NF 0-2 = número de filhos com menos de dois anos de idade;
- NF 3-5 = número de filhos entre três e cinco anos de idade;
- NF 6-10 = número de filhos entre seis e 10 anos de idade;
- NF 11-17 = número de filhos entre 11 e 17 anos de idade;

b) *Dummies* associadas à idade da mulher cônjuge (esposa)

- CJ 15-19 = idade entre 15 e 19 anos;
- CJ 20-24 = idade entre 20 e 24 anos;
- CJ 25-29 = idade entre 25 e 29 anos;
- CJ 30-34 = idade entre 30 e 34 anos;
- CJ 35-39 = idade entre 35 e 39 anos;
- CJ 40-44 = idade entre 40 e 44 anos;
- CJ 45-49 = idade entre 45 e 49 anos;
- CJ 50-54 = idade entre 50 e 54 anos;

c) *Dummies* associadas à escolaridade da mulher cônjuge

- ED CJ 0-8 = oito ou menos anos de escolaridade;
- ED CJ 9-11 = entre nove e 11 anos de escolaridade;
- ED CJ 12 + = 12 ou mais anos de escolaridade;

Incluimos adicionalmente nestas regressões indicadores (que assumem o valor um (1) quando corretos e zero (0) quando falsos) da posição relativa do marido na distribuição de renda do trabalho da subpopulação de maridos. Estas são as variáveis R2 a R12, as quais denotam a segmentação dos maridos pela renda do trabalho anteriormente analisada. Por construção, se a constante for incluída na regressão devemos excluir um dos grupos. Neste caso escolhemos excluir o grupo dos desempregados. Por conseguinte, temos 11 indicadores quando anteriormente tínhamos 12 grupos. R2 se refere ao grupo 2, o R3 ao grupo 3, e assim por diante.

TABELA 9

Estimativas dos parâmetros do modelo Probit de participação no mercado de trabalho das esposas com idade entre 15 e 54 anos por áreas metropolitanas de residência — 1984^a

	Rio de Janeiro		Recife		São Paulo	
	Estimativa	T	Estimativa	T	Estimativa	T
Constante	-0,636	-0,861	-0,216	-0,232	-0,258	-0,271
NF 0-2	-0,320	-6,997	-0,210	-4,009	-0,399	-9,795
NF 3-5	-0,205	-4,742	-0,101	-2,133	-0,147	-4,022
NF 6-10	-0,061	-1,913	-0,006	-0,153	-0,117	-4,082
NF 11-17	0,040	1,493	0,008	0,257	0,028	1,086
CJ 15-19	0,011	0,804	0,022	1,203	0,040	3,543
CJ 20-24	0,025	2,302	0,025	1,659	0,039	4,291
CJ 25-29	0,022	2,396	0,032	2,561	0,036	4,628
CJ 30-34	0,020	2,518	0,024	2,149	0,031	4,513
CJ 35-39	0,013	1,828	0,019	2,003	0,020	3,276
CJ 40-44	0,011	1,728	0,015	1,739	0,017	3,168
CJ 45-49	0,003	0,585	0,010	1,177	0,013	2,617
CJ 50-54	0,004	0,728	0,005	0,661	0,007	1,505
R2	-0,132	-0,730	0,186	0,720	0,084	0,556
R3	-0,139	-0,828	0,171	0,706	0,028	0,203
R4	-0,232	-1,384	0,035	0,142	-0,069	-0,505
R5	-0,427	-2,532	-0,059	-0,242	-0,134	-0,972
R6	-0,418	-2,483	-0,114	-0,468	-0,316	-2,288
R7	-0,360	-2,143	0,009	0,038	-0,399	-2,877
R8	-0,630	-3,721	-0,227	-0,931	-0,428	-3,081
R9	-0,595	-3,516	-0,332	-1,359	-0,457	-3,281
R10	-0,891	-5,208	-0,247	-1,010	-0,591	-4,200
R11	-0,890	-5,137	-0,364	-1,463	-0,820	-5,671
R12	-1,119	-5,872	-0,683	-2,497	-1,007	-6,180
ED CJ 0-8	0,155	0,234	-0,868	-1,067	-0,771	-0,845
ED CJ 9-11	0,733	1,109	-0,371	-0,455	-0,137	-1,495
ED CJ 12 +	1,557	2,346	0,796	0,966	0,621	0,679

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNAD.

^aA amostra de mulheres cônjuges entre 15 e 54 anos de idade para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo é de 1,463, 2,291 e 5,094, respectivamente.

Note-se também que por termos excluído o grupo 1 (o dos desempregados), todos os efeitos-renda calculados são relativos a este grupo (ver Tabela 9).

A principal inferência a ser obtida a partir destas regressões está associada à estimativa de efeitos-renda negativos e significativos para as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, apresentando-se, porém, pouco significativos para Recife. Os efeitos-renda estimados estão representados no Gráfico 4. A evidência sustenta a inferência que o formato em "U" observado para a relação entre a participação da cônjuge e a renda do marido se deriva principalmente da ausência de controles específicos para diferenças de características observáveis entre famílias. Concluímos também que, se a decisão de trabalho da mulher cônjuge satisfizer as hipóteses de identificação descritas acima, a família (como estratégia de geração de renda) ajusta-se à participação de cônjuges numa tentativa de compensar variações da renda do marido.

Notamos também que as características da família introduzidas na análise têm os efeitos esperados e apresentam resultados consistentes em todas as áreas metropolitanas. Quanto maior a educação das mulheres cônjuges maior sua probabilidade de trabalhar. A probabilidade das cônjuges jovens trabalharem é positivamente correlacionada com sua idade atingindo um máximo entre 25 e 29 anos, e a partir desta idade a relação se inverte, caindo na medida em que as cônjuges envelhecem (ver o Gráfico 5).¹⁰ A exceção são as esposas que residem em São Paulo, onde a relação entre a taxa de participação e a idade é sempre inversa, não apresentando um pico em nenhum grupo etário, concluindo-se que quanto mais elevada for a idade da esposa menor é a sua probabilidade de trabalhar. Finalmente, no que diz respeito à distribuição etária dos filhos, observamos que, quanto mais jovens e em maior número forem (os filhos), menor é a probabilidade de participação de cônjuges. Observamos que a presença de filhos entre 10 e 17 anos de idade não apresenta efeitos significativos na participação das esposas.

Uma interpretação alternativa da inclusão de características familiares nas regressões seria de que estas servem como controle do perfil típico de participação ao longo do ciclo de vida das esposas. Os efeitos-renda estimados neste contexto seriam então interpretados como mensurando a variação na participação da esposa decorrente de choques transitórios na renda do marido. Esta interpretação depende crucialmente da hipótese, adicional, de que a alocação intertemporal do tempo da mulher pode ser sumariada completamente pelas variáveis incluídas na análise, ou que as variáveis omitidas não estão correlacionadas com a renda do trabalho do marido.

10 Paiva (1980) encontrou resultados de acordo com os obtidos neste trabalho, quer sejam de que as mulheres apresentam uma taxa de atividade com um pico no grupo etário 25-29 anos de idade. Este resultado, Paiva (1980) encontrou para o grupo feminino como um todo, enquanto esta análise restringiu-se ao subgrupo de mulheres cônjuges.

Gráfico 4

Efeito-Renda do Trabalho do Marido sobre a Probabilidade de Trabalho da Esposa

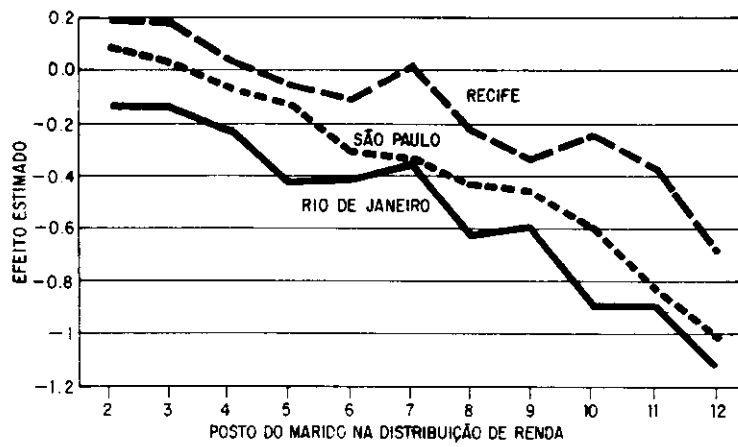
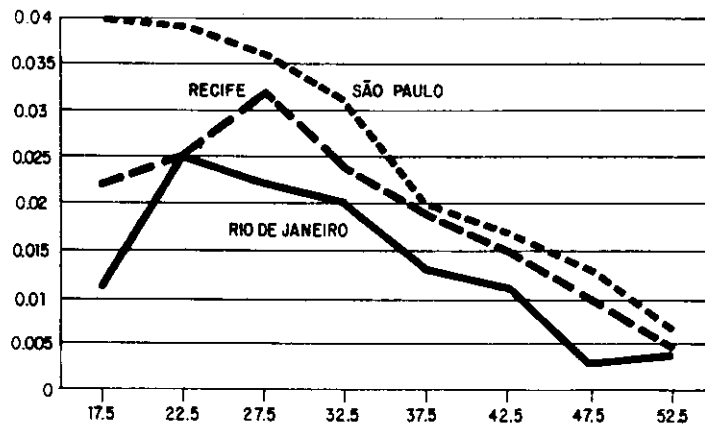


Gráfico 5

Efeito da Idade sobre a Probabilidade de Trabalho da Esposa



4 - Conclusões

O presente trabalho investigou primeiramente as características gerais da participação relativa das mulheres cônjuges no mercado de trabalho feminino. Mostramos que as mulheres cônjuges como um grupo representam uma proporção importante das trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro.

Em linhas gerais, os dados analisados para o período de 1983 a 1988 denotaram questões que merecem destaque.

Primeiro, que as mulheres cônjuges representam parcela bem significativa do mercado de trabalho brasileiro, tendo crescido, ao longo do período 1983/88, 2,6% em termos absolutos, embora em termos relativos tenha ocorrido um decréscimo de 1,3%. Atrelado a este crescimento verificamos, para o mesmo período, um crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos das mulheres chefes de família. Este é um importante indicador de deficiências estruturais no processo de geração de renda familiar e associado a problemas clássicos de pobreza.

Segundo, que em relação a algumas características gerais (no que diz respeito ao mercado de trabalho e a características individuais) podemos destacar três pontos, a constar que: *a*) as mulheres cônjuges (assim como as filhas) são relativamente mais jovens que as mulheres chefes, enquanto que ao longo do período 1983/88 a idade média das primeiras tem apresentado ligeiro decréscimo, ocorrendo o contrário para as chefes; *b*) as jornadas de trabalho das chefes são mais longas que das demais; e *c*) os salários auferidos por elas (mulheres chefes) são também superiores àqueles percebidos para cônjuges e filhas.

Argumentamos, adicionalmente, que embora tenhamos identificado diferenças de comportamento (com relação à participação no mercado de trabalho) associadas a residência em áreas metropolitanas distintas, estas diferenças de comportamento não são suficientemente grandes para invalidar inferências para o comportamento agregado baseado em indicadores construídos restritamente para as áreas metropolitanas. O que cabe ressaltar aqui é a existência de um diferencial de taxas de participação entre as regiões metropolitanas e a região urbana favorável à primeira (a única exceção é a Região Metropolitana de Recife). Este mesmo comportamento é observado para o caso das taxas de participação das mulheres chefes de domicílios, embora não tenhamos observado um padrão claro para as mulheres cônjuges.

Com base em informações coletadas para famílias nucleares residentes, em 1984, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife investigamos a dependência entre a participação da esposa no mercado de trabalho e a renda do marido. Verificamos a existência de uma estável regularidade, a nível agregado, nesta relação quando comparamos diferentes áreas metropolitanas. Tanto as esposas dos maridos mais pobres quanto as dos maridos mais ricos apresentam altas taxas de participação, enquanto que as esposas dos maridos no grupo intermediário participam menos.

Discutimos os problemas de identificação associados aos efeitos-renda computados e propomos uma hipótese de identificação possível. No processo de formação

de renda da família, o marido toma sua decisão num primeiro estágio e independente da eventual participação da esposa. A esposa decide se trabalha, num segundo estágio, independentemente das decisões tomadas anteriormente pelo marido. Neste contexto é possível interpretar os efeitos-renda mensurados como causais.

Uma outra maneira de analisar os resultados obtidos através do Modelo Probabilístico situa-se no contexto da distribuição de renda. Tais resultados sugerem que comparações entre índices de concentração de renda subestimam seu impacto sob o bem-estar das famílias, por não levarem em consideração a redução no nível de bem-estar associada à intensificação da participação de membros secundários na força de trabalho, como estratégia de recuperação da renda familiar.

Abstract

This paper analyzes the behavior of wives in Brazilian labor market as well as their contribution to the capacity of their families to adapt to changes in socioeconomic conditions, between 1983 and 1988. Specifically, it investigates the interrelationship between husband's earnings and spouse's labor force participation. The main result obtained is the estimation of negative and significant husband's work earning effects. This is in accordance with the idea that there is a correlation between the spouse's labor force participation and husband's earnings.

Bibliografia

- BARROS, R.P., MENDONÇA, R.S.P. Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 483-504, dez. 1989.
- BILAC, E.D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência; organização familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Símbolo, 1978 (Coleção Ensaio e Memória, 9).
- COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, Caxambu, 1990. *Anais ...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990.
- DURAND, J.D. *The labor force in economic development: a comparison of the international census data, 1946-1966*. Princeton: Princeton University, 1975.
- JATOBÁ, J. *Participação na força de trabalho e ciclo econômico: Brasil, 1976/86*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989 (Série fac-símile, 32).
- KREPS, J. *Sex in the market place: American women at work*. Baltimore: The John Hopkins University, 1971.

- KREPS, J., CLARK, R. *Sex, age and work: the changing composition of the labor force*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1975.
- MADDALA, G.S. *Introduction to econometrics*. New York: Macmillan, 1988. 472 p.
- OLIVEIRA, A.M.M., SANTOS, E.C. A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividade femininas - Brasil 1984/1987. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, Caxambu, 1990. *Anais ...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990.
- OPPENHEIMER, V.K. *The female labor force in the United States*. Westport: Greenwood, 1976.
- PASTORE, J., ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C.S. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira)*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- PAIVA, P.T.A. A mulher no mercado de trabalho urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, Águas de São Pedro, 1980. *Anais ...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v.2, p.842-895, 1980.
- SCHULTZ, T.P. *Testing the neoclassical model of family labor supply and fertility*. Yale: Yale University, 1990, mimeo.
- SEADE. *Padrão demográfico brasileiro e a previdência social*. Cap.3. Mercado de trabalho. Brasília: MPAS; Belo Horizonte: Cedeplar, 1989 (Relatório Final).
- SILVA, R.M.R. Famílias. In: IBGE. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas, 1970-77*. Rio de Janeiro, p.71-118, 1982.
- ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C.S., PASTORE, J. *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel; Brasília: Ministério do Trabalho, 1985.

(Originais recebidos em dezembro de 1990. Revisos em dezembro de 1991.)